

ECONOMIA SOLIDÁRIA

Geraldo A. Schweinberger ¹

RESUMO

O cooperativismo no mundo e mesmo no Brasil assumiu muito mais o caráter de movimento do que uma forma de organização econômica para viabilizar os objetivos econômicos dos sócios investidores e empreendedores. Como movimento, é movido mais por conteúdos ideológicos e doutrinários, isto é, por valores, que variam significativamente no tempo e no espaço, do que pela racionalidade organizacional, gerencial e de alocação de recursos escassos para a consecução de seus objetivos econômicos. O caráter do cooperativismo como movimento com objetivos de transformação das instituições e da sociedade, de um lado, e de empresa, de outro, gerou a concepção de dupla dimensão da cooperativa: a dimensão social e a dimensão econômica. Essa dupla dimensão, além de criar uma entidade dúbia entre o social e o econômico, uma entidade sem eixo fundante e, por isso mesmo, gerou uma variedade e contraditórias concepções de cooperativa, que transitam no meio cooperativo, acadêmico e técnico. Essa variedade de concepções compromete, quando não inviabiliza, projetos consistentes de formação de recursos humanos para as cooperativas e a implantação de processos de gestão, contábeis e de controle de acordo com a natureza do empreendimento cooperativo. O objetivo, pois, do texto é discutir a questão dessas variadas concepções; tentar conceituar a empresa cooperativa a partir dos valores e princípios cooperativos; analisar o empreendimento cooperativo enquanto unidade de realização das funções da economia e suas diferenças da empresa capitalista e analisar a origem e fatores de organização e crescimento de segmentos cooperativos do Brasil. Esta reflexão está baseada em revisão de literatura, informações cadastrais de cooperativas, contatos com cooperativas e discussões acadêmicas e técnicas.

1 INTRODUÇÃO

A humanidade chega ao limiar do século 21 sem ter resolvido questões básicas que há muito vêm sendo objeto dos diferentes sistemas econômicos e políticos. Questões seculares, como acesso à saúde, à educação, à habitação, ao emprego e à seguridade social, ao invés de serem resolvidas, estão se agravando. A massa de excluídos e a população abaixo da linha de pobreza nos países pobres do Sul vêm se incrementando em termos absolutos e relativos. Nos países ricos do Norte, o contingente de de-

¹ Mestre em Economia Rural pela Ufrgs; professor do Centro de Ciências Exatas e Tecnológicas da Universidade do Vale do Rio dos Sinos-Unisinos; pesquisador na área de Cooperativismo e Desenvolvimento Rural e Urbano do Instituto Multifuncional- Cepode da Unisinos.

Teor. Evid. Econ.	Passo Fundo	v. 8	n. 15	p. 83-116	novembro 2000
-------------------	-------------	------	-------	-----------	---------------

sempregados está crescendo e os bolsões de pobreza estão se ampliando. A esses se somam novos problemas, como a crescente poluição do meio ambiente, dilapidação dos recursos naturais, insegurança pública e instabilidade econômica e social.

No momento, há poucos indícios da realização das esperanças dos clássicos do século XVIII, particularmente de Stuart Mill, de que o progresso tecnológico aplicado à expansão e ao desenvolvimento da economia levaria a padrões de vida e bem-estar a partir dos quais o homem deixaria de investir suas energias em atividades para produzir riqueza material, já supérflua, uma vez que as necessidades básicas estariam atendidas; passaria, então, a dedicar-se ao desenvolvimento das ciências, das artes e, sobretudo, à realização pessoal, enquanto haveria a ampliação da consciência, do conhecimento, da cidadania e do engajamento no compromisso da construção de uma sociedade justa e democrática.

O homem do final do milênio, embora dispusesse de conhecimentos e de tecnologia para multiplicar várias vezes os recursos disponíveis e atender às necessidades básicas de todos os habitantes da Terra, engendrou modelos econômicos responsáveis pelo surgimento do maior contingente de pobres e excluídos de todos os tempos e que tem, basicamente, como único critério de conduta o lucro, e este a qualquer preço. Contradizendo as esperanças de Stuart Mill, as grandes e principais energias do homem moderno ainda são alocadas para a atividade econômica. Mesmo a política, cultura, educação, lazer e até religião são condicionadas e estimuladas pela economia e avaliadas e justificadas por critérios econômicos.

Prova disso são os modernos conceitos de *marketing* e vendas. O vendedor, quando vende um bem, um automóvel, por exemplo, mais que o automóvel, como um bem material e de uso, vende emoções. O vendedor moderno é um traficante de emoções: vende sentimento de poder, de *status* e auto-estima. A economia, hoje, mais que atender a necessidades de bens e serviços, atende a sentimentos: sentimentos podem ser moldados e condicionados por quem detém os instrumentos de formação de opinião e de valores. Dessa forma, a economia, além de realizar sua função de produzir e distribuir bens e serviços, entra nas mentes e nos corações das pessoas para que elas sintam necessidades psicológicas de bens e serviços, razão pela qual uma pessoa que já dispõe de todos os bens sempre quer mais e novos modelos. Nunca está satisfeita. A economia, o *marketing* e a propaganda atuam sobre o desejo da pessoa humana. Enquanto o consumo de bens materiais e serviços tem limitações físicas, o desejo de novos bens, novos modelos e símbolos é ilimitado. A necessidade de demonstrar *status* e poder leva a pessoa a desejar sempre mais e a sentir-se justificada perante a pobreza e indigência dos excluídos. A economia, ao extrapolar sua função técnica de organizar a produção e

distribuição de bens e serviços, para condicionar e determinar o desejo, engendrou modelos econômicos que, necessariamente, tendem a concentrar riqueza de um lado e pobreza de outro. Por outro lado, à medida que o homem atual fundamenta seu valor no ter coisas e não no desenvolvimento das faculdades humanas, revela que o atual estágio do desenvolvimento humano ainda é muito primitivo.

Daí por que muitos pensadores definem o homem, ou melhor, reduzem o homem a um ser econômico, o *homo oeconomicus*. A sua mente está inflada de conceitos econômicos: produção, comercialização, rentabilidade, produtividade, competitividade, livre iniciativa, intervenção do Estado, crescimento, depressão, inflação, taxas, investimento, aplicações, poupança, custos e lucro, entre muitos. A essa lista poder-se-ia somar outra bem extensa e expressiva. São conceitos do domínio público. Na verdade, cada cidadão é um economista, um administrador autodidata e prático; aprende na escola dos negócios e transações correntes do dia-a-dia.

Além desses conceitos, há os vários gurus da economia e da administração, que trabalham alguns conceitos ou teorias e vendem verdades enlatadas e que são seguidos e admirados por milhares de fãs e discípulos.

Atualmente, predominam as teorias econômicas e administrativas baseadas no assim chamado *neoliberalismo*, uma das variantes mais ortodoxas e primitivas da forma capitalista de economia de mercado. Baseado no postulado absoluto da livre iniciativa e do fluxo dos recursos, principalmente do capital financeiro, condena a intervenção do Estado na atividade econômica, prega o Estado mínimo, a globalização da economia de mercado e tem no lucro a força motriz que desencadeia a competição entre os agentes econômicos, a qual, segundo os seus teóricos, leva a inovações tecnológicas de produção e de processos e ao aumento de produtividade, o que tem como resultado final o desenvolvimento socio-econômico nacional e internacional.

Em nível de teorias administrativas, predominam a reengenharia e a qualidade total, implantadas nas empresas e instituições através dos planejamentos estratégicos: pretendem maximizar a eficiência através da definição e delimitação de objetivos e estratégias, profissionalização do quadro funcional, especialização nas atividades-fim, terceirização das atividades-meio e da competição.

Fundamentalmente, são conceitos tradicionais expressos com nova linguagem, a linguagem das ciências do comportamento, particularmente a psicologia e neurolínguística, com altos conteúdos emocionais e apelos ao potencial de desenvolvimento do indivíduo, como inteligência emocional, o uso do lado esquerdo do cérebro, o lado intuitivo. É a intuição sobreposta ao racional e o querer é poder. O que está ocorrendo atualmente é uma das formas mais subdesenvolvidas de organização econômica e social,

sob o ponto de vista de desenvolvimento humano, que a humanidade ao longo de sua história já criou: desde as formas mais primitivas, como a escravidão, passando pelo feudalismo e capitalismo absoluto e chegando a formas mais participativas e democráticas de organização econômica e social.

A história econômica da humanidade registra o surgimento de várias escolas econômicas, cada qual interpretando a economia com base em determinados pressupostos. Mesmo os modernos sistemas sociais - capitalismo, estatismo e socialismo - têm em sua base a questão econômica. A questão econômica ainda é a central no mundo de hoje, tanto no que diz respeito às nações, aos países, às sociedades, às comunidades, quanto às famílias e, sobretudo, às pessoas. Prova disso são os organismos internacionais ocupados com a questão econômica: OMC (Organização Mundial do Comércio), FMI (Fundo Monetário Internacional) e BID (Banco Internacional de Desenvolvimento), entre outras. Em nível nacional, têm-se os planos de estabilização e desenvolvimento econômico. A economia, na medida em que produz bens e serviços para alguns enriquecerem e para atender as suas necessidades da vida, para outros, constitui-se na base das atividades do homem. Por essa razão, maior parte de seu tempo e energias são ainda dedicadas às questões econômicas, ficando as demais, particularmente as do desenvolvimento pessoal, ainda em segundo plano.

2 OBJETIVO DA ECONOMIA

Apesar da importância que a atual geração devota à economia, ela é apenas um meio e não um fim em si mesmo. O objetivo fundamental da economia é "atender às necessidades ilimitadas da comunidade, das pessoas, com recursos escassos".

Para resolver a equação necessidades ilimitadas e recursos escassos, muitos economistas, escolas econômicas e, mesmo, sistemas sociais propuseram as mais variadas soluções, as quais vão desde as utópicas e com conteúdos místicos até formas mais radicais de capitalismo e socialismo.

Teoricamente, com base nos costumes, tradições, enfim da cultura, a sociedade ou a população, através de seus mecanismos de expressão, vai priorizar as necessidades que podem ser atendidas no tempo e no espaço, uma vez que os recursos escassos só permitem escolher uma combinação entre praticamente infinitas combinações de conjuntos de bens e quantidades. O aumento de um bem terá como custo, necessariamente, a diminuição das quantidades de outro.

A identificação das prioridades pode se dar de forma indireta, isto é, pelas tendências do mercado. O consumidor, como "rei" para alguns, de um lado, expressa

através da demanda as suas preferências e, de outro, orienta os investidores para a alocação dos recursos para os setores que tendem a ter os retornos mais altos.

A identificação pode se dar também de forma mais direta, quando a sociedade elege programas de governo. Os programas de governo dos partidos tendem a ter concepções de sociedade e políticas socioeconômicas que interferem diretamente no atendimento das necessidades da população. Escolher um programa dentre vários significa priorizar as necessidades que devem ser atendidas.

Uma vez que a sociedade definiu que necessidades devem ser atendidas prioritariamente, caberiam à economia, em síntese, as seguintes funções:

- a) determinar que bens e serviços produzir para atender a essas necessidades;
- b) organizar a produção desses bens e serviços;
- c) distribuir os bens e serviços produzidos;
- d) determinar as bases e o modo como a atividade econômica vai se manter e se expandir.

Essas funções têm como critério fundamental de avaliação de seu desempenho a eficiência, que pode ser entendida como a maximização da produção da quantidade de bens ou serviços por unidade de fator, ou seja, a maximização das utilidades e bem-estar dada a determinada quantidade de recursos. Do ponto de vista da análise econômica, esse objetivo é alcançado quando o ponto de equilíbrio a longo prazo da economia se situa onde o custo marginal (C_{ma}) é igual ao custo médio (C_{me}). A intercepção das curvas de custo marginal (C_{ma}) e custo médio (C_{me}) ocorre onde este é mínimo; quando esse é ponto de equilíbrio da economia, a sua estrutura de mercado é de concorrência perfeita. Neste caso, também são iguais as curvas de custo marginal (C_{Ma}) e de receita marginal (R_{ma}) e esta é igual ao preço. Como, nesse ponto, o custo médio é mínimo, não existe recurso disponível a preços menores e a economia tende a trabalhar com todos os fatores empregados. A realização desse objetivo independe de regimes ou sistemas políticos e socioeconômicos. Na verdade, todos os regimes ou sistemas políticos e socioeconômicos têm como meta a realização desse objetivo, o que significa que as funções econômicas, em tese, são funções eminentemente técnicas e, como tais, deveriam ser exercidas independentemente dos regimes e sistemas socioeconômicos.

Para realizar esse objetivo, as diferentes correntes políticas fomentam e estimulam formas de organização econômica de acordo com os interesses que as sustentam. Quando os assim chamados conservadores estão no poder, tendem a fomentar e estimular a economia de mercado, que tem na empresa capitalista o principal agente econômico. Quando os socialistas estão no poder, tendem a apoiar empresas estatais, pequenas e microempresas e empresas de economia solidária. No entanto, as empre-

sas de economia solidária tendem a se desenvolver, particularmente as cooperativas, independentemente da orientação política, embora as restrições de um regime e o apoio de outro possam ser significativos para o seu desenvolvimento.

3 MODELOS DE ORGANIZAÇÃO ECONÔMICA: EMPRESA CAPITALISTA E EMPRESA DE ECONOMIA SOLIDÁRIA (EMPRESA COOPERATIVA)

Para esta reflexão interessam somente estas duas formas: a empresa capitalista e a cooperativa.

Essa discussão, no momento, é muito oportuna uma vez que se quer passar a crença, sobretudo mediante o discurso neoliberal e da globalização da economia, de que a única forma de organização econômica capaz de gerar, com recursos escassos, bens e serviços em quantidade e qualidade, que maximizem a satisfação das necessidades humanas ilimitadas, é a capitalista.

3.1 Empresa capitalista

A economia de mercado capitalista, para o neoliberalismo, expressão atual do capitalismo, é a condição essencial para o atendimento eficiente das necessidades humanas, em nível local e global. Baseia-se no direito absoluto da propriedade e dos frutos do empreendimento, no fluxo livre de capitais e recursos para que possam ser investidos nos empreendimentos de maior taxa interna de retorno e na livre iniciativa individual, que privilegia o estímulo à capacidade pessoal, para que os mais eficientes possam triunfar. A competência, pois, para a economia de mercado capitalista, explica a riqueza e a pobreza dos povos: os competentes avançam; os incompetentes ficam para trás.

Para que a economia de mercado possa desenvolver-se plenamente, o neoliberalismo trabalha para que sejam eliminadas todas as barreiras à economia de mercado: legais, estruturais e culturais. Como resultado, tem-se a globalização da economia e dos mercados. A economia, o mercado e o neoliberalismo se propõem levar a eficiência e seus benefícios para todos os setores, a todos os homens racionais e a todos os lugares do planeta.

3.2 Economia solidária

Muitas formas de economia solidária já foram praticadas em todos os tempos e lugares. No entanto, para nós, dada a emergência do capitalismo, hoje expresso pelo neoliberalismo e a globalização, algumas formas de economia solidária são mais

relevantes para enfrentar a unidimensionalização da economia proposta pelo capitalismo neoliberal. Entre essas, para trabalhar a questão da economia solidária, utilizamos o cooperativismo ou a empresa cooperativa como modelo representativo.

3.2.1 Cooperativismo

a) Aspectos históricos

A constituição da Cooperativa de Consumo, mediante a abertura do Armazém Equitables Pioneer de Rochdale pelos 28 artesãos de Rochdale, em 21 de dezembro de 1844, marca o início da história do cooperativismo formal, organizado e reconhecido como organização própria e autônoma, segundo a maioria de seus historiadores. As iniciativas de Thomas Morus, Robert Owen e William King são entendidas como o advento, isto é, a preparação do cooperativismo formal.

Quando os pioneiros de Rochdale fundaram a primeira cooperativa, jamais poderiam imaginar o efeito multiplicador de sua iniciativa, embora, ao formular os princípios cooperativos, tivessem muito presente um modelo de organização econômica que deveria modificar profundamente as condições socioeconômicas de vida da população. A proposta cooperativa dos pioneiros superava a visão individual e local, para assumir as dimensões de uma nova ordem econômica e social.

Esse efeito teve impactos quantitativos e qualitativos no tempo e no espaço. Inicialmente, deve-se considerar o grande crescimento que teve a própria cooperativa de consumo, a qual, iniciada em 1844 com 28 fundadores, em 1865 tinha 5 326 sócios e, em 1895, ano da fundação da Aliança Cooperativa Internacional, 12 584 sócios. Ao longo de seu crescimento, diversificou em vários serviços, caracterizando o efeito qualitativo da proposta dos pioneiros de Rochdale.

Hoje, em nível mundial, segundo informações da Aliança Cooperativa Internacional - ACI, nos países a ela filiados, existem mais de oitocentos milhões de sócios, 740 mil cooperativas e cerca cem países filiados (13 na África, 14 nas Américas, 17 na Ásia, 26 na Europa e na Oceania). Somando-se os sócios dos demais países não filiados à ACI, chega-se a mais de oitocentos milhões de sócios de cooperativas, o que representa 13% da população mundial. No Brasil, segundo a Sinopse do Panorama do Cooperativismo Brasileiro de 1989 da OCB, existiam 3 441 cooperativas, com 2 937 999 sócios, em torno de 2% da população brasileira.

Esse cooperativismo que tanto se expandiu, seja no espaço, seja nos segmentos, uma vez que está presente em todos os países, independentemente de sistemas políticos, econômicos e crenças religiosas, e está entrando em diferentes áreas - desde a primeira cooperativa de consumo dos pioneiros de Rochdale, passando pelas coopera-

tivas de produção, para chegar hoje a variadas formas, como as cooperativas de usuários da saúde –, precisa, sistematicamente, ser repensando e interpretado dentro de seus princípios básicos e entendido dentro das exigências próprias de cada tempo e espaço.

Sem dúvida, ao longo da história do cooperativismo, ele foi concebido e entendido de diferentes formas, essas nem sempre fiéis aos princípios cooperativos; mesmo, muitas vezes, foi utilizado por grupos e pelo poder público para ocupar espaços e realizar tarefas que a ele cabiam. Neste caso, foi entendido apenas como um instrumento de promoção e integração dos grupos marginalizados ao sistema socioeconômico vigente.

Dada a tendência histórica de instrumentalizar a cooperativa, pelo poder público e entidades civis e religiosas, como instrumento de promoção social de pequenos produtores rurais, trabalhadores e consumidores, a empresa cooperativa, no momento, sofre de problemas de identidade. A concepção de empresa cooperativa varia hoje entre entidade de assistência social até de empresa capitalista.

De forma objetiva e simples, a empresa cooperativa é igual a qualquer outra empresa. Essencialmente, é uma empresa de prestação de serviços. Os sócios, os donos do empreendimento, a fundam para prestar serviços para eles atenderem aos seus objetivos econômicos individuais; já, os sócios isolados e dispersos tendem a ter limitações em adquirir recursos e tecnologia para produzir; no caso de pequenos e médios produtores rurais, em virtude da pequena escala e poder de mercado para comercializar a produção. A estratégia é reunir os pequenos recursos individuais e dispersos numa empresa de propriedade de cotas-partes para, através dos serviços por ela prestados, cada um em particular viabilize e maximize o resultado de sua unidade produtiva. Os objetivos são individuais e a estratégia é a união, a solidariedade. A identidade da empresa cooperativa fica, pois, muito clara, seja de que ramo for. A cooperativa é de propriedade dos sócios e tem como função prestar serviços para a viabilização e maximização dos resultados dos empreendimentos econômicos individuais dos sócios, isto é, uma empresa de autopromoção econômica e social.

A natureza de empresa solidária de prestação de serviços diferencia-a de outras organizações empresariais, particularmente da capitalista. Como empresa prestadora de serviços para os sócios atingirem seus objetivos econômicos individuais nos seus empreendimentos, tem como diretriz prestar os melhores serviços aos custos mais baixos, ou seja, a razão de ser da cooperativa não é gerar sobras, excedentes ou acumular capital. Ela presta serviços para que os sócios maximizem a sua geração individual de sobras, excedentes, lucros e acumulação de capital. Cabe aos sócios assumirem os custos e capitalizarem a empresa cooperativa, proporcionalmente à utilização dos servi-

gos. A concepção da empresa cooperativa como unidade de prestação de serviços é fundamental, é sua natureza de ser. Lamentavelmente, embora muitos teóricos tenham defendido essa concepção de cooperativa, na prática, há muita confusão em torno da concepção da empresa cooperativa, confusão que, seguramente, sem deixar de ter certa natureza obscurantista, interessa a muitos.

b) Valores e princípios do cooperativismo

Para compreender a natureza do cooperativismo e o modo como está sendo praticado, devem-se, inicialmente, considerar os valores e princípios cooperativos que são suas forças motrizes.

O termo *espírito cooperativo* compreende os valores espirituais e sociais do cooperativismo, isto é, o conjunto de crenças, convicções e práticas que os princípios e as normas devem formalizar. Para *Drimer*, como também para outros autores,² o espírito cooperativo inclui os seguintes valores:

- esforço próprio e ajuda mútua como condição para a autonomia;
- solidariedade entre sócios e entre cooperativas;
- igualdade, democracia e participação;
- justiça nas normas, equidade e liberdade;
- promoção humana e educação cooperativa;
- coincidência com os interesses gerais da comunidade;
- mutualidade, retribuindo a cada qual segundo o esforço despendido.

Os valores são idéias e diretrizes básicas do processo da cooperação. Com base nos valores, formulam-se e adaptam-se, no tempo e no espaço, os princípios cooperativos. Os pioneiros de Rochdale, não formularam explicitamente princípios cooperativos, os quais foram elaborados mais tarde para padronizar a organização e operações dos empreendimentos empresariais cooperativos; constituem as diretrizes de conduta e atuação das cooperativas de acordo com os pressupostos filosóficos e operacionais dos pioneiros de Rochdale.

Ao longo da história de já 150 anos do cooperativismo, os valores, como os aspectos perenes do patrimônio cooperativista, nada mudaram, ao passo que os princípios vêm sofrendo modificações para adaptar-se a novos contextos, sem prejuízo do modelo rochdaleano. A formulação de alguns princípios representa verdadeira tomada de posição pelo movimento cooperativo frente a determinados problemas. Cabe referir, particularmente, as alterações introduzidas pelo Congresso da Aliança Cooperativa

² DRIMER, Alicia Kaplan; DRIMER, Bernardo. *Las cooperativas: fundamentos, história e doctrina*. Buenos Aires, 1973, p.22 ;29.

Internacional, em 1937, em Paris; em 1966, em Viena, e, recentemente, em setembro de 1995, em Manchester.

O espírito cooperativo, pois, expressa-se em um conjunto de princípios rochdaleanos, reformulados e ampliados pela Aliança Cooperativa Internacional - ACI, que, no Congresso de Manchester, em 1995, referendou os seguintes princípios:³

1º - Associação voluntária e aberta

"As cooperativas são organizações voluntárias, abertas a todas as pessoas capazes de utilizar seus serviços e dispostas a aceitar as responsabilidades da associação, sem discriminações raciais, políticas, religiosas, sociais e de gênero".

Este princípio trata de estabelecer os critérios básicos para adesão e saída de empreendimentos cooperativos. Adesão voluntária e consciente significa que ninguém pode ser obrigado a entrar numa cooperativa; é livre para se associar e livre para sair, quando assim o entender. É sempre uma opção pessoal.

De parte da cooperativa, em princípio, não pode colocar condições discriminatórias para a adesão; pode, no entanto, haver restrições técnicas em determinados segmentos de cooperativas, que limitam o número de sócios.

Na verdade, como a empresa cooperativa é um empreendimento econômico, uma unidade de prestação de serviços para o sócio, adere quem entender que a adesão vai ser vantajosa, isto é, os benefícios esperados são maiores que os custos decorrentes da adesão. Claro, ninguém pode ser obrigado a aderir ou a se manter num determinado empreendimento. Dada a estratégia solidária do empreendimento cooperativo, pode ser que alguns tenham outras motivações para aderir, de natureza altruísta e social, mesmo que as vantagens econômicas não sejam tão significativas. Seguramente, essas não deverão estar abaixo de determinado nível para não descaracterizar a cooperativa como empreendimento econômico, transformando-a numa entidade assistencial.

2º - Controle democrático pelos sócios

"As cooperativas são organizações democraticamente geridas pelos seus sócios, os quais participam ativamente na fixação de políticas e na tomada de decisões. Os homens e mulheres eleitos como representantes são responsáveis perante os sócios. Nas cooperativas primárias os sócios tem iguais direitos de voto (um sócio, um voto) e as cooperativas de outros níveis organiza-se da mesma forma democrática".

³ ALIANÇA COOPERATIVA INTERNACIONAL (ACI). *Los principios cooperativos para el siglo XXI*. Buenos Aires: Intercoop, 1996.

Entendendo a sociedade cooperativa como empresa, cabe ao sócio, dono do empreendimento, definir os objetivos da organização, aportar os meios para a sua realização e gerir as operações da sociedade. O mecanismo mais usado é o democrático, isto é, um sócio um voto. O poder independe do capital que cada sócio aporta na cooperativa. É a primazia do trabalho sobre o capital. O capital é remunerado como qualquer outro fator, ao passo que o trabalho assume a responsabilidade e o riscos do negócio, razão pela qual a sua remuneração é variável.

3º - Participação econômica dos sócios

"Os sócios contribuem equitativamente para a formação do capital de sua cooperativa e o administram democraticamente. Em geral, ao menos uma parte desse capital é de propriedade comum da cooperativa. Os sócios podem receber uma remuneração limitada, caso a recebam, sobre o subscrito como condição para associar-se. Destinam os excedentes todos ou alguns as seguintes fins: o desenvolvimento da cooperativa, possivelmente mediante a constituição de reservas, das quais, uma parte ao menos deve ser indivisível; distribuição aos sócios de acordo com as operações, e apoio a outras atividades aprovadas pelos sócios".

No fundo, este princípio pretende garantir a subordinação do capital ao trabalho, isto é, o capital recebe uma remuneração fixa, independentemente dos resultados apurados no final do exercício. Isso não significa a não-remuneração do capital, mas, fundamentalmente, que os resultados vão para o trabalho depois de pagos todos os fatores, inclusive o capital.

Este princípio, historicamente, tem sido mal entendido. Particularmente em economias com grande componente inflacionário, entendia-se a correção monetária como remuneração do capital. Além disso, as cooperativas, a título de capitalizar a cooperativa, foram contabilizando as sobras no fundo de reservas indivisível, o que desestimulou os sócios a investirem nelas, de um lado, e, de outro, hipertrofiou o fundo de reservas indivisível e criou sérios problemas de identidade e de propriedade do empreendimento. Um levantamento sobre a participação do capital social, o capital dos sócios, no patrimônio líquido de cooperativas agropecuárias do Rio Grande do Sul, em 1988, revelou que o capital dos sócios representava apenas, em média, 20% do patrimônio líquido da cooperativa. Em outros termos, os sócios-donos são apenas donos de fato de 20% do empreendimento, o que leva à constatação de que a cooperativa é a única empresa que cresce, acumula riqueza, porém o sócio, o dono, fica pobre, não tem direito de usufruir a riqueza por ele produzida. Pior ainda, transfere riqueza pessoal para a cooperativa, via integralização de cotas-partes e capitalização de sobras,

para as quais se recomenda, com base em argumentos hipócritas de combater o capitalismo, não remunerar e não corrigir monetariamente o capital dos sócios. Muitos sócios fizeram significativos sacrifícios pessoais para capitalizar a cooperativa, e esses aportes, no transcorrer do tempo, dada a não-remuneração e correção monetária, reduziram-se a valores simbólicos.

A defesa do fundo de reservas indivisível por parte de dirigentes e teóricos do cooperativismo nasce da concepção da cooperativa como entidade assistencial e de promoção social de segmentos da população de baixa renda e qualificação. A cooperativa, os dirigentes cooperativos, ao incentivarem a formação de fundos indivisíveis, acreditam que estão preservando a cooperativa como unidade de prestação de serviços para os sócios, isto é, preservando o interesse coletivo, uma vez que as necessidades imediatas dos sócios pouco qualificados poderiam levá-los a descapitalizar a cooperativa. Até muitas vezes bem-intencionados entendem que cabe, pois, à cooperativa, entidade acima dos sócios, preservar o bem comum. Em outros termos, cabe à cooperativa tutelar os sócios, incapazes, gerencial e economicamente, para gerir os seus negócios.

Hoje, a questão da propriedade dos empreendimentos cooperativos é uma questão fundamental, uma questão de identidade e está em aberto. A distribuição do excedente líquido na proporção das operações quer dizer que, descontadas as parcelas dos excedentes para os fundos de reserva/desenvolvimento e os fundos educacionais e sociais, o que sobra poderá ser distribuído aos sócios na proporção daquilo que o sócio operou com a cooperativa. Em outros termos, recebe na proporção com que ajudou a formar os excedentes da cooperativa, independentemente do capital que tenha a cooperativa. Na realidade, na medida em que a razão de ser do empreendimento cooperativo é a prestação de serviços aos sócios, uma vez que eles assumem os custos desses serviços, as sobras deveriam tender a zero.

4º - Autonomia e independência

"As cooperativas são organizações autônomas de autoajuda, geridas por seus sócios. Se firmam de acordos com outras organizações, incluídos os governos, ou captam capital de fontes externas, o fazem dentro de termos que assegure o controle pelos sócios e mantenham sua autonomia cooperativa".

Este princípio é fruto da instrumentalização das cooperativas, particularmente pelos governos. Os governos fomentam a criação de cooperativas em segmentos populacionais de baixa renda e formação, como instrumento de promoção socioeconômica. Dada a baixa capacidade de capitalização e de gestão, o poder público financia atividades e assessora a gestão de empreendimentos cooperativos desses segmentos po-

pulacionais. Essas iniciativas importantes e, mesmo, necessárias, no entanto, muitas vezes evoluem para relações de tutela das cooperativas por parte dos governos, razão pela qual este princípio, ainda que reconhecendo a importância das ações do poder público de fomento e apoio a cooperativas, quer reafirmar sua autonomia e independência.

5º - Educação, capacitação e informação

"As cooperativas propiciam educação e capacitação a seus sócios, representantes eleitos, administradores e empregados, de maneira que possam contribuir efetivamente ao desenvolvimento delas. Informam ao público em geral, particularmente aos jovens e aos líderes de opinião, acerca da natureza e os benefícios da cooperação".

Os pioneiros de Rochdale, ao formular os princípios cooperativos, tinham muito presente um modelo de organização econômica que deveria modificar profundamente as condições socioeconômicas de vida da população. Para que os sócios pudessem entender essa nova proposta e assumir o encargos e as responsabilidades decorrentes da adesão, a educação cooperativa era questão fundamental. Para tanto, poucos anos depois da fundação de sua cooperativa, criaram recursos específicos para a educação, constituídos de 2,5% dos excedentes líquidos.

Se os pioneiros já tinham tanta consciência da importância da educação e da capacitação dos sócios do empreendimento cooperativo, essa importância, para os empreendimentos cooperativos atuais, que operam em ambientes socioeconômicos sempre mais complexos e competitivos, tende a crescer proporcionalmente com o crescimento da complexidade e da concorrência.

A educação e a capacitação do sócio de empreendimento cooperativo são exigências intrínsecas do modelo. Primeiro, o sócio adere a um empreendimento econômico de prestação de serviços para viabilizar objetivos econômicos próprios; a cooperativa lhe presta serviços e ele deve assumir os custos desses serviços. Tem, pois, de um lado, benefícios e, de outro, custos. Portanto, para aderir ao empreendimento cooperativo, o sócio necessita ter pleno conhecimento da natureza do modelo de organização econômica cooperativa. Segundo, por ser um empreendimento de um grupo de pessoas, um empreendimento de responsabilidade solidária, uma sociedade de pessoas, ele assume encargos e responsabilidades no empreendimento e pelo empreendimento. Cabe a ele gerir o empreendimento através dos órgãos competentes e garantir a idoneidade civil e comercial do empreendimento perante os outros agentes econômicos e a sociedade em geral. Para que ele possa entender a natureza do empreendimento e participar da gestão e da responsabilidade do empreendimento cooperativo, a educação e a capacitação são exigências iminentes do modelo cooperativo.

Portanto, este princípio é hoje tão importante, ou mais, como o foi para os pioneiros. Uma das grandes limitações para o desenvolvimento auto-sustentado e organizado das cooperativas é a falta de compreensão, pelos seus integrantes, da natureza e das exigências do modelo empresarial cooperativo. Não são somente os sócios que não têm conhecimento da cooperativa e do cooperativismo, mas também os funcionários e dirigentes. Prova disso são as práticas organizacionais e gerenciais tão díspares, quando não desviadas da natureza, da filosofia e dos princípios cooperativos.

6º - Cooperação entre cooperativas

"As cooperativas servem mais efetivamente a seus sócios e fortalecem o movimento cooperativo trabalhando integradas através de estruturas locais, nacionais, regionais e internacionais".

Este princípio, embora fosse praticado pelos pioneiros desde os inícios, foi elevado a tal pelo Congresso da ACI em Viena em 1966. Os pioneiros de Rochdale, já no art. 1º. dos estatutos originais, propunham a colaboração entre as diversas "colônias ou associações cooperativas". Participaram também diretamente na fundação da primeira Cooperativa Central de Consumo - a Wholesale Society -, em cuja primeira diretoria de 12 membros participaram seis sócios da cooperativa de Rochdale.

Este princípio visa criar grandes organizações econômicas, via integração, para enfrentar os grandes grupos econômicos, privados e/ou estatais, que sempre mais influenciam as decisões dos governos e controlam grande parte dos mercados. Para que o cooperativismo possa trazer real benefício ao sócio hoje, a integração é questão fundamental; sobretudo frente aos movimentos de fusão e incorporação empresariais, em nível mundial, a integração cooperativa, mais que uma opção, é uma imposição.

7º - Preocupação com a comunidade

"À medida em que atendem às necessidades de seus sócios, as cooperativas trabalham em prol do desenvolvimento sustentável de suas comunidades mediante políticas aprovadas por aqueles".

A cooperativa, dada a sua estratégia de economia solidária e capacidade de organizar e potencializar os recursos locais, constitui-se na melhor organização empresarial à disposição da comunidade para desencadear e sustentar um processo de desenvolvimento local, amplo e autônomo. Esse desenvolvimento significa elevação geral da qualidade de vida da comunidade, definida pela maior disponibilidade e qualidade de bens e serviços, ampliação do exercício dos direitos da cidadania e, finalmente, a implantação de processo local de produção de bens e serviços para o atendimento, de forma autônoma, das necessidades básicas da comunidade.

Esse conjunto de princípios pretende constituir, de forma consistente e orgânica, a base teórica e as idéias motrizes do empreendimento cooperativo. Deles derivam uma série de premissas e conseqüências organizacionais e administrativas que caracterizam o empreendimento cooperativo. Os princípios cooperativos, mencionados como foram com esses rápidos comentários, não esgotam sua importância quanto à concepção teórica da empresa cooperativa, bem como quanto aos seus impactos sobre a práxis. Assim como estão formulados pela ACI, de forma ampla e imprecisa, podem levar a interpretações equivocadas, razão pela qual requerem discussões bem mais profundas e amplas, que deverão ocorrer em outra oportunidade e lugar.

Atualmente, algumas lideranças e analistas de cooperativas de inspiração neoliberal estão questionando alguns princípios cooperativos, particularmente o princípio de gestão e controle democráticos - “um sócio, um voto” - e o princípio da capitalização cooperativa. Questionam o primeiro porque entendem que aqueles sócios que aportam mais capital e realizam mais operações com a cooperativa devem ter mais poder nas decisões; também, que é um corolário do primeiro questionamento, entendendo que o princípio “um sócio um voto” dispersa muito o poder e dificulta a tomada de decisões. O poder proporcional ao aporte de capital e operações agilizaria as decisões para um mundo de negócios que exige decisões rápidas. Porém, não entendem que, na essência da empresa cooperativa, está a remuneração fixa ao capital e variável ao trabalho, ou seja, o capital investido tem remuneração garantida, com taxas fixadas pelo mercado, e o trabalho, remuneração variável, que depende dos resultados das operações.

No entanto, parece-nos que as dificuldades que as empresas cooperativas hoje enfrentam, particularmente as brasileiras, não têm origem nos princípios cooperativos. Pelo contrário, a falta de compreensão do que seja uma empresa cooperativa, isto é, toda confusão conceitual em torno da empresa cooperativa está gerando todas essas dificuldades. Em outros termos, como conseqüência, a falta da aplicação dos princípios cooperativos é, em grande parte, responsável pelas dificuldades, que, no fundo, são muito mais de natureza doutrinária e filosófica e comprometem o desempenho dos empreendimentos cooperativos.

4 REALIZAÇÃO DAS FUNÇÕES DA ECONOMIA

Para realizar as funções da economia, a humanidade, ao longo da história econômica, criou vários modelos, no entanto, para a nossa reflexão, interessam dois eles: a empresa capitalista e a empresa cooperativa.

4.1 O que produzir

Para determinar o que produzir, o sistema capitalista adota a economia de mercado, que se caracteriza, fundamentalmente, pela livre iniciativa, pelo fluxo livre dos fatores de produção, e tem como força motriz a concorrência e o preço/lucro como elemento coordenador.

Os indivíduos, dado determinado nível de renda e preços, vão procurar os bens e serviços que maximizem as suas necessidades e interesses, em outros termos, as suas utilidades e, por conseguinte, o seu bem-estar. A demanda assim definida é a informação básica para o sistema produtivo alocar o recursos para a produção. O que produzir fica, pois, determinado pelas preferências dos consumidores, expressas em suas curvas de demanda agregada.

Evidentemente, muito consumo pode ser induzido pela propaganda. Mas é, em última análise, o consumidor quem vai distribuir as despesas de seu orçamento para os diferentes bens e serviços. Ou seja, dada as curvas de indiferença e o seu orçamento, ele vai demandar as quantidade dos diferentes bens e serviços cuja utilidades ele maximiza.

Com base nas informações do mercado, a empresa capitalista vai produzir aqueles bens e serviços que maximizem o retorno do investimento. Via de regra, ela não discute se esses bens são induzidos, se são supérfluos, se são nocivos e se, na sua produção, o meio ambiente é agredido. São essas questões que dificilmente entram nos critérios de tomada de decisões. A empresa simplesmente tende a responder a uma dada demanda de bens, abstraindo de valores.

A razão de ser da empresa cooperativa, na essência, é econômica: a prestação de serviços para o sócio empreendedor viabilizar e potencializar os seus objetivos econômicos. Se assim não for, pode se constituir em qualquer outro tipo de organização, mesmo associativa, menos cooperativa.

Os indivíduos, quando resolvem implantar um empreendimento cooperativo, buscam, solidariamente, resolver problemas de natureza econômica que, individualmente, não têm condições de superar. Fundamentalmente, constituem empresas cooperativas para maximizar a valorização de seus recursos, os quais podem ser produtos para a venda, cooperativas de produtores, particularmente de produtores rurais; recursos para aquisição de bens, cooperativas de consumo; recursos poupados, cooperativas de crédito; recursos humanos, cooperativas de trabalho, e assim por diante.

A função da empresa cooperativa, em última análise, é viabilizar a unidade produtiva do produtor rural, dando-lhe condições de comprar e vender bem, valorizar as disponibilidades do consumidor, remunerar bem as poupanças do poupador, remunerar bem o trabalho do trabalhador, e assim por diante. Em outros termos, a função da

cooperativa é uma função de mercado, isto é, dar condições de o sócio valorizar o seu trabalho, ou, ainda, agregar valor ao produto de seu trabalho, razão pela qual é mais importante ao sócio maximizar sua função de mercado do que a sua função técnica, ou seja, é mais importante vender bem o que produz do que simplesmente produzir muito. Na base da cooperação está o poder de mercado, e o pequeno produtor, consumidor, poupador e trabalhador só terão poder de mercado quando organizados, quando constituírem suas próprias empresas para valorizar seus recursos.

O que produzir, para a empresa cooperativa, tende a estar determinado *a priori*, uma vez que a cooperativa é uma unidade de prestação de serviços para os sócios viabilizarem as suas atividades econômicas individuais. Ela vai, pois, desenvolver aquelas atividades que viabilizem e agreguem valor às atividades dos sócios. Fica, no entanto, para as cooperativas já constituídas o espaço para incentivar os sócios a produzir novos produtos. Sem dúvida, o fomento de novos produtos, assim como para qualquer empresa, depende de análises criteriosas do mercado. No entanto, os produtos oferecidos pelas cooperativas, na sua quase totalidade, buscam atender a necessidades básicas do homem. A propaganda da empresa cooperativa visa divulgar seus produtos, as suas características e qualidade, e não induzir ao consumo.

As cooperativas tendem a rejeitar a produção de produtos supérfluos, nocivos e agressivos ao meio ambiente, uma vez que, em seus pressupostos doutrinários e princípios, assumem responsabilidades sociais e comunitárias formais na medida em que buscam criar uma nova ordem econômica e social.

Na decisão do que produzir, as empresas capitalista e cooperativa diferem na essência: para a empresa capitalista, o critério, em última análise, é a opção por aquela atividade que maximize o retorno do investimento, ao passo que a empresa cooperativa vai se estruturar para a prestação de serviços para que o sócio possa viabilizar e maximizar o retorno de seus investimentos nas suas unidades produtivas. O que produzir, via de regra, já está de definido para a cooperativa pelos sócios quando implantam o empreendimento cooperativo, cuja razão precípua de ser é se constituir numa unidade de prestação de serviços para agregar valor às suas atividades econômicas individuais.

4.2 Organização para a produção de bens e serviços

A forma de organização para a produção de bens e serviços depende do regime político. Em regimes democráticos, em tese, não existem restrições quanto a formas de organizações empresariais, as quais podem ser capitalistas, estatais, de economia solidária, sem fins lucrativos, de utilidade pública, entre outras.

A empresa capitalista, detentora do capital ou responsável por ele, contrata os outros fatores de produção, combina os fatores para realizar a produção de bens e serviços. Como tal, detém o poder e se apropria dos resultados do empreendimento.

A empresa cooperativa, resultado da união de muitos sócios, coordena e orienta a produção individual para vendê-la em conjunto, depois de realizada, através da empresa cooperativa. Como tal, o poder é democrático, isto é, exige a participação de todos na tomada de decisões, e o resultado é distribuído de acordo com as operações de cada um.

4.3 Distribuição dos bens e serviços produzidos

A forma de distribuição de bens e serviços depende do modo como a produção é organizada. Na empresa capitalista, o capital, depois de remunerar de forma fixa e a preços de mercado todos os outros fatores, apropria-se de todo o resultado líquido do empreendimento.

A empresa cooperativa, como prestadora de serviços para a atividade do sócio, na verdade, constitui-se num prolongamento da atividade econômica do sócio na cadeia produtiva para agregar valor ao seu trabalho. Ao prestar serviços de beneficiamento, industrialização e comercialização para a produção, no caso de cooperativas agropecuárias, ela valoriza a atividade do produtor; cabe ao sócio assumir os custos desses serviços. Como as receitas da cooperativa tendem a ser o pagamento pelos sócios dos custos dos serviços utilizados, a cooperativa tende a ter resultado zero.

Nessa função econômica, as empresas capitalista e cooperativa diferem radicalmente: a empresa capitalista, para maximizar o retorno do capital investido, tende a pagar o mínimo possível pelos outros fatores e se apropriar da maior parte possível da riqueza gerada, tendo, pois, a concentrar renda e riqueza; já a cooperativa, ao valorizar os resultados das atividades dos sócios, tende a distribuir renda e riqueza.

Esse processo de concentração de renda e riqueza está sendo acelerado pelo neoliberalismo e no contexto da globalização da economia, de tal forma que, segundo a opinião de *Mark Sommer*,⁴ "hoje os 385 indivíduos e famílias mais ricos do mundo detém mais bens materiais do que 45% da população mais pobre do globo, ou seja, 2,5 bilhões de pessoas". Ou, ainda, segundo a mesma opinião: "Nos Estados Unidos, ainda o país mais rico do mundo, 1% da população, hoje, detém mais de 40% da riqueza nacional, tendo duplicado sua participação em menos de vinte anos".⁵

⁴ SOMMER, Mark. A desigualdade cresce no mundo globalizado. *Gazeta Mercantil*, 13 maio 1996, p. a-3.

⁵ Idem.

A empresa cooperativa, dada a sua natureza solidária, mais que distribuir renda, ao distribuir o resultado das operações, gera unidades empresariais de geração de trabalho e renda e de potencialização e expansão das atividades econômicas individuais dos sócios.

4.4 As bases para a manutenção e expansão da atividade econômica

As bases para a manutenção e expansão da atividade econômica dependem de como são desempenhadas as funções da organização da produção e distribuição dos bens e serviços. A empresa capitalista, na medida em que se apropria dos resultados líquidos do empreendimento, tende a acumular sempre mais capital e recursos, que lhe conferem mais capacidade de investimento e, por conseguinte, mais acumulação e concentração de riqueza.

Numa economia onde predomina o sistema capitalista, tende-se a reduzir a produção de bens e serviços destinados a atender às necessidades básicas da população; enfatiza-se a produção de bens, muitas vezes supérfluos e de luxo, que o mercado demanda, razão pela qual se produzem alimentos não para saciar a fome da população ou nas quantidades demandadas pela população, mas para atender ao mercado. A economia de mercado produz bens e serviços para o mercado, e não para atender às necessidades da população. E este mercado está se reduzindo sempre mais, de tal forma que especialistas estimam que o mercado globalizado atenda a apenas em torno de 15% da população mundial. Isso está gerando, de forma crescente e acelerada, uma classe minoritária rica e a grande maioria da população do globo marginalizada e excluída, na qual vão se desenvolver as mais variadas formas de violência e desumanização.

A empresa cooperativa tem como função precípua viabilizar o empreendimento econômico do sócio. Dessa forma, a sua razão de ser é o sócio, para quem vão os resultados do empreendimento, o que significa que a acumulação e a capacidade de expansão das atividades vão-se dar em nível de sócio. Na medida em que o empreendimento cooperativo constitui-se numa unidade de beneficiamento, industrialização, comercialização ou unidade de produção de serviços, ele significa um avanço do sócio na cadeia do processo produtivo para a fase de produção, que concentra conhecimento, tecnologia e capital. Essa fase tende a exigir significativos investimentos, o que quer dizer que a acumulação do sócio vai se dar no nível de sua unidade produtiva particular e no nível do empreendimento cooperativo do qual ele é proprietário. Cabe ao sócio decidir em qual nível seus recursos têm maior retorno.

Via de regra, a literatura econômica demonstra que os investimentos realizados fora da porteira, tanto na indústria de insumos e bens de capital, como na da transformação da produção rural, nos casos de empreendimentos cooperativos agropecuários,

tendem a ter maior taxa de retorno. No entanto, sempre se poderá determinar a melhor combinação de investimentos entre os na sua unidade produtiva e os nas fases seguintes do processo produtivo, razão pela qual o empreendimento cooperativo, ao pulverizar os investimentos entre os sócios, provoca o efeito inverso da empresa capitalista. Vai ocorrer um processo de distribuição de renda e ampliação da base para a produção de bens e serviços, o que, em última análise, é bom para a sociedade como um todo e para as próprias empresas capitalistas, uma vez que amplia os seus mercados.

5 PONTO DE EQUILÍBRIO DA EMPRESA CAPITALISTA E COOPERATIVA

Todo empreendimento econômico visa a resultados. A empresa capitalista visa à maximização do retorno do capital investido, ou seja, à maximização do lucro, ao passo que a empresa cooperativa visa à maximização da prestação de serviços ao sócio, para que ele possa obter o máximo pelos recursos investidos.

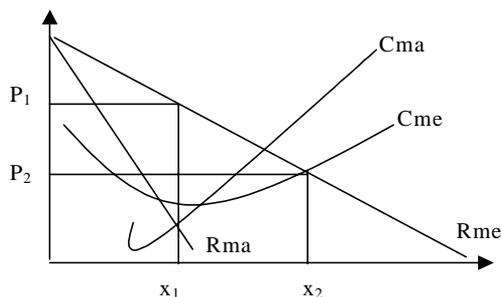
5.1 Ponto de equilíbrio da empresa capitalista

A empresa capitalista maximiza o lucro, ou minimiza o prejuízo, quando o custo marginal (C_{ma}) é igual à receita marginal (R_{ma}). Neste ponto, ela vai produzir determinada quantidade de bens a um determinado preço. Produzir mais ou menos bens do que essa quantidade vai diminuir o resultado da empresa capitalista.

5.2 Ponto de equilíbrio da empresa cooperativa

A empresa cooperativa, dada a sua natureza de viabilizar ou maximizar o resultado do empreendimento do sócio, maximiza a prestação de serviços onde custo médio (C_{me}) é igual a receita média (R_{me}). Nesse ponto de equilíbrio, ela também vai produzir determinada quantidade de bens a determinado preço.

A diferença entre os pontos de equilíbrio da empresa capitalista e cooperativa é visualizada na figura abaixo.



O ponto de equilíbrio da empresa capitalista, $C_{ma} = R_{ma}$ faz com que ela opere no ponto onde produz X_1 quantidades são produzidas a um preço P_1 ; já a empresa cooperativa tem seu ponto de equilíbrio em $C_{me} = R_{me}$, operando no ponto onde produz X_2 quantidades são produzidas a um preço P_2 .

Pela diferença nos pontos de equilíbrio, fica claro que a empresa cooperativa tende a produzir maior quantidade de bens e serviços a preços mais baixos. Isso ocorre exatamente pela natureza intrínseca da empresa cooperativa, que é uma empresa de economia solidária, que está a serviço do sócio, ou seja, atende à racionalidade do sócio. Ao atender à racionalidade do sócio, ela deve produzir enquanto puder dar um retorno líquido ao sócio, o que é possível até onde o $C_{me} = R_{me}$; passando desse ponto, ela passa a distribuir prejuízos ao sócio, o que, para ele, não interessa. Essas conclusões são válidas quando analisamos a performance da empresa cooperativa com indicadores, custos e receitas do receituário corrente de análise de desempenho. Contudo, sendo coerente com a concepção do empreendimento cooperativo como unidade de prestação de serviços para as atividades econômicas individuais dos sócios, a cooperativa propriamente não tem receitas, uma vez que o sócio assume cobrir todos os custos dos serviços prestados. As receitas da cooperativa seriam, pois, a cobertura de seus custos pelos sócios, a quem interessa minimizar esses custos de prestação de serviços. Aqui está a essência do empreendimento cooperativo, como instrumento de viabilização e agregação de valor às atividades econômicas dos sócios: a maximização da prestação de serviços, de um lado, e a minimização dos custos, de outro. Por isso, quanto menores forem os custos, tanto menores serão as receitas, na medida em que elas representarem a cobertura dos custos por parte dos sócios, razão pela qual não faz sentido, rigorosamente, falar de receitas do empreendimento cooperativo, a não ser que preste serviços para terceiros, o que a legislação faculta.

Essa diferença nos pontos de equilíbrio é fundamental. A empresa cooperativa, ao atender à racionalidade do sócio, isto é, ao viabilizar e maximizar seus objetivos econômicos, tende a produzir mais e a preços menores, beneficiando toda a sociedade. Ela pode ser, pois, eficiente tanto do ponto de vista empresarial, ao cumprir suas funções, como do social. Já, a empresa capitalista, ao buscar a maximização do retorno do capital investido, ou seja, a maximização dos lucros, pode ser muito eficiente do ponto de vista empresarial, mas muito ineficiente do ponto de vista social.

Aqui está a razão pela qual questionamos a concepção da dupla dimensão da empresa cooperativa: as dimensões econômica e social. Primeiro, porque a questão social é de outro nível, de outro foro; segundo, porque nivelar objetivos sociais com econômicos no empreendimento cooperativo cria séria área de conflito e de prioriza-

ção de políticas e, terceiro, se a cooperativa for, de fato, um empreendimento cooperativo, isto é, prestador de serviços ao sócio e se ela for economicamente eficiente, necessariamente, será socialmente eficiente. Isso quer dizer que as preocupações com o social no empreendimento cooperativo são inócuas, mais do que isso, são contraproducentes na medida em que dividem o foco central, que é econômico, e introduzem um viés social, que em nada contribui e em muito perturba ao comprometer a própria identidade da empresa cooperativa.

Outra diferença básica entre a empresa capitalista e cooperativa diz respeito à questão local. A globalização do mercado está sendo realizada pela empresa capitalista, ao passo que a empresa cooperativa tem uma dimensão eminentemente local. Ela surge como resultado da organização de pessoas de determinado local para atender aos seus objetivos econômicos e tem se caracterizado como excelente instrumento de desenvolvimento local na medida em que potencializa os recursos próprios e as potencialidades da população local, ao passo que as empresas transnacionais integram em nível global e desintegram e desarticulam as economias nacionais e locais.

O caráter local vai recuperar, para a comunidade e para o município, a capacidade de autodeterminação, ou seja, sua autonomia em questões essenciais, como geração de trabalho e renda para o bem-estar de sua população. O caráter local significa, pois, investir em atividades econômicas via de regra diversificadas e para as quais a população tem recursos próprios, que garantam, antes de mais nada, o atendimento de suas necessidades básicas.

Incentivar no local ou no município, simplesmente, investimentos externos pode significar tornar-se dependente de políticas de tecnocratas instalados em escritórios de alguma megalópole, como Nova York ou Tóquio. Esses, unicamente por critérios contábeis e mercadológicos, podem decidir fechar unidades, que nem mesmo sabem direito onde se localizam, desconhecendo que problemas sociais vão causar, o que pode ocorrer mesmo em nível de região, estado ou do país, quando empresas instalam filiais em outros lugares. As primeiras unidades a serem fechadas em épocas de crise são as filiais, cujo objetivo é maximizar o retorno do capital investido e não gerar empregos e renda, isto é, resolver problemas socioeconômicos.

A responsabilidade da solução dos problemas socioeconômicos é do município, da comunidade. razão pela qual o município, a comunidade devem priorizar a potencialização dos recursos próprios, a diversificação e a busca da autonomia, ao menos no que é essencial para a população; depois, incentivar as atividades sem que tenham vantagens comparativas em relação à região, estado, país ou exportação.

Dentro desses pressupostos e quadro de forças, as empresas cooperativas, de economia solidária, são as melhores organizações atualmente disponíveis para desencadear processos de desenvolvimento locais e regionais, democráticos, autônomos e sustentáveis. Os empreendimentos cooperativos, para fazer frente ao processo de globalização da economia, mais que intercâmbio técnico, científico e cultural, devem criar condições de integração econômica em nível global.

6 EXPERIÊNCIA COOPERATIVA NO BRASIL

Para compreender a natureza do cooperativismo do Brasil, é necessário compreender a sua origem e desenvolvimento. É importante frisar, inicialmente, que os diversos segmentos tiveram origens e evoluções distintas. Para essa reflexão, serão referidas, de forma sucinta, a origem e evolução dos principais segmentos e, de forma mais aprofundada, a origem e desenvolvimento do cooperativismo agropecuário, tomando como exemplo particular o do estado do Rio Grande do Sul.

6.1 Origens e desenvolvimento dos segmentos cooperativos.

A primeira forma e a mais geral de classificar o cooperativismo brasileiro é dividi-lo em urbano e rural. Esta classificação permite tratar a história e a evolução do cooperativismo brasileiro em duas linhas distintas.

6.1.1 O cooperativismo urbano

Especialmente formado pelas cooperativas de consumo e de crédito mútuo, inicia o movimento cooperativo no país com a fundação da primeira cooperativa de consumo em Limeira, estado de São Paulo, no ano de 1901. Seguiram-se fundações de outras cooperativas de consumo e, em 1902, no atual município de Nova Petrópolis, no estado do Rio Grande do Sul, na região rural de colonização alemã, surge a primeira, que integra as cooperativas de crédito rural, segundo o sistema Raiffeisen, chamadas "caixas rurais", fundadas pelo pe. Theodor Amstad.

O cooperativismo urbano, particularmente o de consumo e de crédito, nunca chegou a significar uma real alternativa no que tange ao atendimento das necessidades de consumo e de crédito para a população urbana; o de consumo, com a perda de vantagens fiscais, em 1967, e o advento dos supermercados, entrou em crise, subsistindo hoje em algumas grandes empresas e como um dos serviços de cooperativas agrárias.

O cooperativismo de crédito, fundamentalmente, subdivide-se em três ramos: Raiffeisen, mais desenvolvidas no meio rural; Luzzati, como cooperativas abertas à

comunidade em nível urbano, e Desjardins, denominadas cooperativas de crédito mútuo, que tiveram melhores condições de desenvolvimento dentro das empresas do meio urbano. As últimas caracterizam-se por serem fechadas, isto é, limitarem seu quadro social ao âmbito da empresa. Todas elas sentiram os efeitos da lei 4595/64 (Lei da Reforma Bancária), mas foram as cooperativas tipo Raiffeisen que mais sentiram as limitações dessa lei, passando, no Rio Grande do Sul, de 62 em 1967 para 13 em 1980; já, as consideradas "cooperativas de crédito mútuo" tiveram condições de se reorganizar e passaram a crescer, sobretudo na região Sudeste do Brasil.

No momento, estão em grande desenvolvimento as cooperativas de crédito rural, iniciadas em 27 de outubro de 1980, com a fundação da Cooperativa Central de Crédito Rural do Rio Grande do Sul - Cocecrer e que hoje congregam dez centrais e oitocentas cooperativas de primeiro grau. Caracterizam-se pela grande relação que têm com as cooperativas agropecuárias. Sócios de muitas cooperativas agropecuárias passaram a criar cooperativas de crédito, as quais passaram a prestar vários serviços às cooperativas agropecuárias. No meio urbano, o sistema Unimed está em grande expansão. A primeira cooperativa médica foi criada em 1965, na cidade de Santos, São Paulo, existindo hoje no país trezentas cooperativas, com setenta mil sócios.

6.1.2 Cooperativismo agropecuário

Segundo os registros históricos, a primeira cooperativa agropecuária foi fundada no país em 1905 em Ascurra, de Santa Catarina, denominada "Sociedade Cooperativa Ascurra", associando pequenos produtores rurais. Embora tivesse prestado grandes serviços à comunidade, em 1916 foi extinta em virtude da migração de seus fundadores.

No Rio Grande do Sul, onde o cooperativismo mais se desenvolveu, a primeira cooperativa agropecuária foi fundada em 1906, pelo pe. Theodor Amstad, na Linha Imperial, município de Nova Petrópolis. A partir daí, iniciou-se um movimento cooperativo agropecuário que muito se desenvolveu e inspirou iniciativas cooperativas em vários estados do país. A fundação de cooperativas agropecuárias no estado, ao longo do tempo, não foi homogênea: determinados segmentos tiveram suas cooperativas, de forma predominante, criadas numa determinada época; outros tiveram a sua fundação mais bem distribuída no tempo, embora se constatem épocas de predomínio.

Distribuição das cooperativas do Rio Grande do Sul segundo o período de fundação e por segmento, 1992.

Período	Segmento						Total
	Vinícolas	Tritícolas	Agropecuárias	Rizícolas	Lãs	Outras	
1930	6	-	3	-	-	-	9
1930-1940	9	-	7	-	-	3	19
1940-1950	-	2	21	-	4	2	29
1950-1960	-	28	27	3	5	1	64
1960-1970	3	4	35	8	-	2	52
1970-1980	-	-	7	-	-	-	7
Total	18	34	100	11	9	8	180

Fonte: FECOTRIGO. *Agricultura e cooperativismo*. Porto Alegre: Edições Fecotrig, dez. 1982

O quadro ilustra bem que não ocorreu um processo uniforme de crescimento no número de cooperativas no tempo: as vinícolas foram fundadas sobretudo até a década de 1940; as tritícolas, na sua grande maioria, na década de 1950. Somente no ano de 1957, foram fundadas dez cooperativas tritícolas, o que não se deveu ao espírito cooperativo dos produtores de trigo, mas ao Programa Nacional do Trigo, que visava incentivar a produção nacional e substituir as importações. Dessa forma, os produtores foram incentivados a formar cooperativas para facilitar a implementação do programa. As cooperativas agropecuárias tiveram suas fundações distribuídas sobretudo nas décadas de 1940, 1950 e 1960 e têm um caráter mais autêntico uma vez que foram criadas para atender às necessidades dos produtores rurais de determinados produtos; as rizícolas foram fundadas nas décadas de 1950 e 1960.

Nas décadas de 1940, 1950 e 1960, foram fundadas 145 cooperativas, 81% do total das 180 existentes em 1982. Mas é a década de 1970 que pode ser definida como marco divisor do cooperativismo gaúcho e brasileiro, quando esteve no auge o processo de modernização da agricultura, impulsionado pelos grandes volumes de crédito rural oficial e subsidiado, seja de forma explícita, seja implícita. O processo de modernização da agricultura visava, fundamentalmente, produzir produtos de exportação, substituir produtos de importação, como no caso do binômio trigo-soja, e produzir grandes volumes de alimentos e matérias-primas a preços baixos para o setor urbano, objetivando viabilizar o processo de industrialização do país.

Dentro desse processo, cabia às cooperativas cumprir determinadas funções, entre as quais era seu papel, de um lado, reunir os produtores dispersos numa organização cooperativa para facilitar a difusão e a adoção de novas tecnologias, isto é, o uso de máquinas e insumos modernos, e, de outro, coletar a produção dispersa para a comercialização e industrialização. Para tal, as cooperativas foram apoiadas e fomentadas, e os produtores rurais, para obterem crédito, necessitavam estar filiados a cooperativas. Esse processo fez com que a agricultura e as cooperativas crescessem significativamente na década de 1970. Quando, nos inícios de 1980, o modelo se esgotou, isto é, quando já não houve mais recursos abundantes e baratos, tanto a agricultura como as cooperativas entraram em crise, fundamentalmente, de identidade. Essa crise, que ainda perdura e foi aprofundada pelo Plano Real de Estabilização Econômica, obriga o movimento cooperativo a um repensar desde as suas origens, evolução, e a projetar o futuro.

Fenômeno similar está ocorrendo atualmente no cooperativismo urbano. O número de cooperativas urbanas está crescendo significativamente, particularmente as de trabalho, e, nessas, as de prestação de serviços. Esse crescimento está ocorrendo na esteira da terceirização dos serviços, de um lado, e, de outro, em virtude dos grandes índices de desemprego. As cooperativas de trabalho, nesse contexto, são fomentadas, apoiadas e estimuladas por entidades públicas e privadas para minimizar os efeitos devastadores do desemprego. Para alguns, essa é uma grande oportunidade para o desenvolvimento do cooperativismo urbano, particularmente de trabalho, ocupar espaços e se consolidar como forma avançada de organização do trabalho; para outros, a criação intensa e dispersa de cooperativas de trabalho constitui-se em motivo de preocupação. Em poucos casos, a fundação de cooperativas de trabalho segue um processo mínimo: primeiro, a análise pelo grupo da viabilidade técnica e econômica do projeto; segundo, a discussão dos aportes dos recursos, da gestão e expansão e, finalmente, dos trâmites da criação e implantação do empreendimento. Esse processo, necessariamente, exige muita discussão e análises do grupo, o que também, via de regra, leva um tempo mínimo.

Poucas fundações de cooperativas seguem esses procedimentos, sendo muitas constituídas a partir de lideranças que identificam oportunidades de negócios na área de prestação de serviços, elaboram o projeto da cooperativa de trabalho e vão em busca dos parceiros, vale dizer, "os sócios", para dar forma jurídica cooperativa ao empreendimento. Sempre que surgir uma nova oportunidade de negócio, um novo contrato de prestação de serviços, essas cooperativas utilizam diferentes formas para angariar novos sócios trabalhadores, chegando até a usar anúncios em jornais. Não são os sócios

trabalhadores que estão interessados no novo contrato, mesmo porque eles já estão trabalhando, isto é, o seu objetivo fundante já está alcançado, a não ser que, ao ampliar as atividades, possam obter ganhos de escala e, assim, otimizar os seus recursos investidos.

Quem está interessado é a cooperativa, aqui entendida na sua trágica concepção de dupla dimensão: como empresa, de um lado, e quadro social, de outro. É a cooperativa como dimensão empresa, rompida e acima do quadro social, que, para ampliar suas atividades, precisa de mais sócios. Aqui ocorre uma inversão total da natureza da empresa cooperativa. A cooperativa é um instrumento de organização econômica dos sócios, que buscam objetivos econômicos e, para tanto, implementam um empreendimento econômico cooperativo. Uma vez em equilíbrio entre demanda e oferta, em princípio, o empreendimento cooperativo não precisa mais de novos sócios, que, organizados em cooperativa, podem e até devem, em certos casos, buscar ampliar o número de sócios e as atividades para maximizar as potencialidades do empreendimento. Essa ampliação, de modo geral, exige a adesão de novos sócios ao empreendimento, o que implica negociação entre os sócios que já estão operando e os novos, uma vez que os que estão atuando já fizeram vários investimentos e os novos deverão assumir compromissos similares para que se mantenha a equidade.

Normalmente, dentro dessas cooperativas de trabalho, têm-se claramente duas categorias: os que lideraram o processo de fundação da cooperativa e que são os gestores e os sócios parceiros que atuam na produção, ou seja, na prestação de serviços. Os gestores têm o poder econômico e político nas mãos; decidem quanto vão "pagar" para os sócios trabalhadores e quanto vai ficar com a cooperativa, na maioria dos casos, vale dizer, para os sócios gestores. Comportam-se e, na verdade, são os verdadeiros donos da cooperativa. Há um rompimento radical entre o sócio trabalhador e a cooperativa: de um lado, dada a sua baixa qualificação e ter ambições imediatas, é considerado incapaz de entender o empreendimento cooperativo e, por conseqüência, incapaz de administrá-lo; de outro, dada a sua baixa capacidade financeira para aportar recursos para o empreendimento, é-lhe exigida uma capitalização simbólica, que representa parte insignificativa do patrimônio líquido.

Um sócio de cooperativa de trabalho que, dada a sua baixa qualificação, não tem acesso às instâncias de decisão e detém parcela ínfima do patrimônio líquido, não pode ser considerado dono desse empreendimento. Na verdade, reduz-se a um sócio trabalhador que, na primeira oportunidade em que tiver algo melhor, vai deixar a cooperativa.

Outras têm origem mais comprometedora ainda. Muitas empresas, ao terceirizarem serviços, criam elas próprias, através dos departamentos de recursos humanos, cooperativas de serviços em determinados setores, muitas vezes utilizando os antigos funcionários. Esses funcionários, transformados compulsoriamente em sócios de cooperativa, pouca ou nenhuma noção têm do que seja uma empresa cooperativa. O resultado prático disso é a perda dos direitos trabalhistas e a sua fragilização como trabalhadores. Nesse contexto, fica difícil saber quem é o dono da cooperativa ou, ainda, quem tem interesse na empresa cooperativa. Em tese, é o quadro social. Na realidade, o quadro social, como categoria abstrata e genérica, nenhum poder tem na empresa cooperativa e também pouco se interessa por ela, uma vez que, nas assembléias gerais, comparece menos de 1%.

Na raiz do cooperativismo brasileiro está a questão de sua autenticidade e identidade. De modo geral, as cooperativas brasileiras foram fundadas por idealistas ou incentivadas pelo poder público. Na ausência do fundador ou do apoio do estado, muitas cooperativas ou, mesmo, segmentos se extinguíram. É o caso de muitas cooperativas de consumo, que, com o advento dos supermercados e a retirada de incentivos fiscais, desapareceram; assim também aconteceu com muitas cooperativas das de crédito, particularmente as caixas rurais, que, com a reforma bancária de 1964, encerraram suas atividades.

Algo similar ocorreu com as cooperativas agropecuárias. Quando, nos inícios da década de 1980, se esgotou o modelo de modernização da agricultura, quando foram apoiadas e fomentadas e tiveram à disposição grandes volumes de crédito subsidiado, elas também entraram em crise e muitas grandes cooperativas fecharam e estão fechando suas portas. Na raiz está um problema de autenticidade e identidade. Foram, muitas vezes, criadas para cumprir determinadas funções: de consumo, para viabilizar o consumo da população urbana emergente; de crédito, para atender ao crédito de agricultores e população urbana de baixa renda; agropecuárias, para viabilizar o programa de modernização da agricultura e, de trabalho, para minimizar o desemprego. Para habilitá-las a cumprir essas funções, tiveram benefícios fiscais e foram apoiadas sobretudo pelo poder público, o que gerou uma linha de tutelação: o governo, tutelando cooperativas de pequenos produtores, consumidores e trabalhadores, com poucos recursos e baixa qualificação para a gestão do empreendimento; a cooperativa, na mesma linha, tutelando o sócio, com pequena capacidade de aporte de recursos e baixa qualificação para participar da gestão da cooperativa. No momento em que surgiram outras instituições para cumprir tais funções, as cooperativas passaram a perder força e a desaparecer.

Impõe-se, pois, superar a instrumentalização que se fez do cooperativismo ao longo de sua história no país para se formar um cooperativismo autêntico a partir de sua natureza própria, seus valores e princípios; um cooperativismo que vá ocupando seu espaço nos diferentes segmentos da atividade econômica e que, além de gerar os benefícios almejados pelo seu quadro social, gere benefícios a toda sociedade, principalmente na medida em que mude as estruturas de mercado da economia, em outros termos, modifique o nível de riqueza, emprego, renda e preços do sistema econômico.

7 CONCLUSÕES

O cooperativismo, assim como as organizações de economia solidária em geral, de modo geral, são percebidas como formas de organização econômica alternativas das populações com pequena capacidade econômica individual. Entre essas estão os pequenos produtores rurais, operários e, mesmo, marginalizados e excluídos do sistema econômico predominante.

Quando governos, organizações paraestatais e muitos técnicos fomentam organizações econômicas solidárias, na verdade, visam melhorar as condições de vida dessas populações e, como escopo final, integrá-las no sistema econômico predominante. Poucas vezes entendem essas organizações, particularmente as cooperativas, como um modelo de organização econômica de natureza própria, com pressupostos econômicos, gerenciais, jurídicos e filosóficos e doutrinários próprios e capazes de competir com as outras formas de organização econômica. Por essa razão, quando cooperativas atingem determinado grau de desenvolvimento, concentrando capital, tecnologia e poder de mercado, são questionadas por se "desvirtuarem" de seus fins, que, para eles, são de dar assistência aos sócios e não ser uma empresa com capacidade de enfrentar o poder econômico e social das grandes corporações estatais e capitalistas, nacionais e estrangeiras. Mesmo em ambientes cooperativos maniqueístas, as organizações cooperativas que atingem determinado porte em acumulação de capital, domínio tecnológico e poder de mercado são questionadas e, muitas vezes, equiparadas a empresas capitalistas.

No entanto, se as organizações de economia solidária, particularmente as cooperativas, não tiverem condições de competir com as outras empresas do mercado, pouco poderão fazer para melhorar a capacidade de geração de trabalho e renda e as condições de vida de seus sócios, além de gerar algumas melhorias de caráter superficial e pontual. Menos ainda poderão fazer para influir na estrutura de mercado, formada, geralmente, por agentes econômicos de grande poder de mercado para modificar os

níveis de produção e preços, com o que beneficiariam toda a sociedade mediante a geração de mais bens a preços menores. Isso tende elevar o nível de atividade da economia e, em última instância, significa geração de trabalho e renda, vale dizer, geração de desenvolvimento.

Para que possam influir no mercado, mudar as estruturas de mercado, as organizações de economia solidária, ainda que de caráter local, devem criar estruturas de primeiro e segundo grau, integrando todas elas, horizontal e verticalmente, numa organização que tenha poder de mercado.

Daí a importância de os movimentos populares terem presente o caráter empresarial de suas organizações econômicas, particularmente das cooperativas. Dessa forma, a população pode organizar seus próprios instrumentos de desenvolvimento, empresas dos sócios e para os sócios. Se assim não for, dificilmente passarão de instrumentos de governos e de interessados em minimizar os conflitos sociais eminentes, como num “colchão” para amortecer as tensões sociais. A instrumentalização do cooperativismo agropecuário brasileiro na modernização da agricultura é um exemplo claro do uso das cooperativas para cumprir determinadas funções, que interessam muito mais ao poder público, às empresas capitalistas, do que aos próprios sócios. O mesmo está ocorrendo hoje com as cooperativas de trabalho, fomentadas e apoiadas por programas públicos para minimizar a questão social frente ao crescente desemprego formal.

O elemento de empresas dos sócios para os sócios resgata o caráter local da empresa que a globalização do mercado quer minimizar mediante a lógica do capital, que não tem pátria e vai para onde é mais bem remunerado. Para que haja um desenvolvimento autêntico, harmônico e sustentável, impõe-se que a pessoa, a comunidade e suas organizações detenham o controle dos principais instrumentos de produção e de distribuição de bens e serviços. Para tanto, a empresa cooperativa oferece as melhores condições. Por ser propriedade dos sócios e destinar-se à prestação de serviços para eles, ela tende a desenvolver aquelas atividades que atendem aos objetivos dos cooperados e, dessa forma, desenvolver a economia local e da região.

O empreendimento cooperativo, ao se constituir em instrumento de autodesenvolvimento, desenvolvimento individual, mediante estratégia coletiva, supera o conflito entre o interesse individual e o coletivo. O individual só tem condições de prosperar mediante a interação e a sinergia dos indivíduos no coletivo.

Segundo o pensamento evolucionista de Teilhard de Chardin, a humanidade evoluiu desde a luta primitiva dos indivíduos pela sobrevivência para organizações econômicas e sociais coletivas sempre mais avançadas e complexas. Nessa linha de pensa-

mento, a empresa cooperativa é uma forma de organização econômica mais avançada. Na empresa capitalista, o dono do empreendimento impõe seus interesses; a estrutura de poder é linear e vertical, de cima para baixo, geralmente oferecendo poucas oportunidades de crescimento pessoal. Já, no empreendimento cooperativo, como unidade de prestação de serviços para o atendimento dos interesses dos sócios, isto é, individuais, a estrutura de poder deve ser construída da base, vale dizer do horizontal para o vertical; o horizontal constrói o vertical. Essa construção é de responsabilidade dos sócios e deve ser desenvolvida dentro de um processo de negociação no qual os interesses pessoais de determinado indivíduo são potencializados pela sinergia dos interesses dos outros indivíduos, do coletivo. Vale dizer, o crescimento do indivíduo só pode ocorrer na comunidade, no coletivo. As exigências do empreendimento cooperativo ultrapassam, pois, os limites das soluções pessoais para atingir a construção de soluções amplas, comunitárias, locais e regionais. Daí por que e as exigências de participação e de democracia, muito mais que uma concessão, são intrínsecas do empreendimento cooperativo.

Para que a empresa cooperativa possa se constituir no instrumento de desenvolvimento do indivíduo através de um empreendimento cooperativo, impõe-se discutir, com urgência, questões fundantes, entre as quais sobretudo duas: primeiro, a questão da capitalização das cooperativas, vale dizer, a questão da propriedade, visto que, pela baixa participação do capital dos sócios no patrimônio líquido das cooperativas, a questão da propriedade fica comprometida; segundo, impõe-se discutir a questão do poder, já que, pela baixa participação no capital da cooperativa, o sócio tem pouca consciência de que ele é o dono do empreendimento cooperativo. Como não se percebe como dono, a percepção de seu poder fica fragilizada. Cabe, pois, resolver estas questões centrais: a questão da propriedade e, como consequência, a do poder, isto é, construir efetivos canais para o sócio exercer o seu poder através das instâncias estatutárias e regimentais.

Além disso, impõe-se dissociar o empreendimento cooperativo de toda responsabilidade por soluções de natureza social. A sua razão de ser é econômica. As questões sociais devem ser tratadas nos seus devidos foros e, para o seu equacionamento, os empreendimentos cooperativos contribuem, e muito. A empresa cooperativa, à medida que for efetivamente cooperativa e eficiente, dada a sua natureza endógena, será necessariamente socialmente eficiente. Qualquer caracterização social da empresa cooperativa, além de desnecessária e supérflua, é contraproducente.

Então, quando a humanidade, a partir da experiência do empreendimento cooperativo, passar a construir empreendimentos econômicos avançados, que visem aten-

der às necessidades básicas do indivíduo para libertá-lo da luta dioturna pela sobrevivência e disponibilizar-lhe tempo e recursos, podem-se realizar as esperanças de Stuart Mil e de todos nós, de que o homem use este tempo e recursos para o desenvolvimento integral pessoal e social. E, segundo Herman Daily, quando a humanidade passar a valorizar o tempo liberado como um recurso insubstituível de qualificação da vida, vai rever sua escala de valores e dedicar mais tempo para viver do que para produzir coisas. Significará um salto de qualidade na linha da humanização do homem e do universo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALIANZA COOPERATIVA INTERNACIONAL(ACI). *Los principios cooperativos para el siglo XXI*. Buenos Aires: Intercoop,1996.
- ALTIERI, A. Miguel. *Agroecologia: as bases científicas da agricultura alternativa*. Rio de Janeiro: Projeto Tecnologias Alternativas-Fase, 1989.
- BASAÑES, Juan Carlos et al. *La eficiencia en las cooperativas*. Buenos Aires: Intercoop, 1981.
- BASAÑES, Juan Carlos. *Teoría y realidad de la economía cooperativa*. Buenos Aires: Intercoop, 1979.
- BENECKE, Dieter W. *Cooperação e desenvolvimento - o papel das cooperativas no processo de desenvolvimento em países de Terceiro Mundo*. CooJornal. Porto Alegre,1980.
- BÖÖK Sven Ake. *Valores cooperativos para un mundo en cambio*. Informe para el Congreso de la ACI. Tokio, 1992.
- CARNEIRO, Palmyos da Paixão. *Cooperação. A cooperação com o meio ambiente através da teoria quântica*. Rio de Janeiro, IA
- CHARDIN, Pierre Teilhard de. *O fenômeno humano*. São Paulo: Herder, 1965.
- COELHO, Carlos Nayro. *Opções de política econômica*. Estudos especiais. Brasília: Companhia de Financiamento da Produção-CFP. v. 19. 1986.
- CULEFAT, Isaac. *Cooperación y ciência econômica*. Zaragoza: Centro Nacional de Edcion Cooperativa, 1977.
- DALY, Herman. *Economia do século XXI*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1984.
- DRIMER, Alícia Kaplan; DRIMER, Bernardo. *Las cooperativas*. Fundamentos - história doutrina. Buenos Aires, 1973.
- ESCHENBURG, Rolf. *Teoría económica de la cooperación*. Buenos Aires: Intercoop, 1979.
- FRANCO, Augusto de. *Desenvolvimento local integrado e sustentável - Dez consensos*. *Proposta*, Rio de Janeiro, set/nov.p.6-19, 1998.

FRANCO, Augusto de. *Ação local. A nova política da Contemporaneidade*. Rio de Janeiro: Ágora, 1995.

HOLYOAKE, Georges J. *Historia de los pioneros de Rochdale*. Buenos Aires: Intercoop, 1975.

JUNG, Mo Sung. *Desejo, mercado e religião*. Petrópolis: Vozes, 1998.

LOSADA, Carlos; MARUNY, Ferran. *Marketing para cooperativas*. Barcelona: Ceac, 1981.

MIGLIARO, Luis Razeto. *Empresa de trabajadores ey economia de mercado*. Santiago: Academia de Humanismo Cristiano, Arzobispado de Santiago. 1992

PAEZ, Luis Francisco Verano et al. *La economia del trabajo*. Bogotá: Centro Latinoamericano de Economia de Trabajo "Celatet", 1989.

POHRYLES, Samuel. *Introducción al desarrollo rural*. Tel-Aviv: Centro de Estudio Cooperativos e Laborales para América Latina, 1979.

SCHUMACHER, E.F. *O negócio é ser pequeno*. Um estudo que leva em conta as pessoas. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

SCHWARZ, Walter e Dorothy. *Ecologia: alternativa para o futuro*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

SCHWEINBERGER, Geraldo A.; FELDENS, Aray M. *Organização econômica do produtores e desenvolvimento rural*. Perspectiva Econômica, São Leopoldo: Unisinos, n.10 1982 (Série Cooperativismo 1738).

SCHWEINBERGER, Geraldo A. *A importância das estruturas de mercado do complexo rural para o desenvolvimento do setor rural*. (Dissertação Mestrado) - Iepe, Porto Alegre, 1982.

TABARIS, Orlando D; McGANN, Alberto M. *Manual para formulación y evaluación de proyectos*. Con particular referencia a proyectos cooperativos. Buenos Aires: Intercoop, 1984.

VILLASEÑOR, Florencio E. *Los principios del cooperativismo*. México: Cajas Populares, 1984. p.45.

WATKINS, W.P. *Los principios cooperativos hoy y mañana*. Bogotá: Esacoop, 1989.

SYNOPSIS

Cooperation around the world and also in Brazil emphasizes mainly its philosophical and doctrinal basis, and secondly as being an organization to promote economic objectives for the associates as investors and owners.

Cooperation as movement elaborates rather on ideology, doctrinal basis and values that change significantly along time and regions, than on organizational and management rationality for the allocation of scarce resources in order to achieve the economic objectives.

The character of cooperation as movement for institutional and social transformations and the economic dimension of the organization result in the double conception for cooperation: the social dimension and the economic dimension.

Such double conception aside of creating a dubious social and economic entity, results in a variety of contradictory meanings of cooperation that circulate among associates and among academic circles. The resulting uncertainties cause difficulties and obstacles to adequate human resource development programs and to the organization of management, accounting and information important for the cooperative enterprises.

The objective of the paper consists on a discussion concerning several definitions of a cooperative and an effort to define the cooperative organization based on the cooperative values and principles and to define it as being an entity for economic actions, that differs from the capitalist enterprise. The objective also includes historic information relative to cooperative development in Brazil.

The sources for the paper are literature revision, statistical data for cooperatives, personal contacts with cooperatives and academic discussions.

SINOPSIS

El cooperativismo em el mundo y mismo em el Brasil, adquirió um caracter mas de movimiento que de organización económica com la finalidad de alcanzar los objetivos económicos de los socios investidores y emprendedores.

Como movimiento es originado, mas por contenidos ideológicos y doctrinarios, o sea, por valores, que se modifican significativamente em el tiempo y em el espacio, de que por la racionalidad organizacional, gerencial y de solicitud de recursos escasos, para el logro de sus objetivos económicos.

El carácter del cooperativismo como movimiento com objetivos de transformación de las instituciones y de la sociedad de um lado y de la empresa por outro, creó la concepción de doble dimensión de la cooperativa: la dimensión social y la dimensión económica.

Esta dicotomía, además de crear una entidad dudosa entre lo social y lo económico, uma entidad sin um eje definido, y por eso mismo, creó una variedad y concepciones contradictorias de cooperativa, que transitan em el medio cooperativo, académico y técnico. Esta variedad de concepciones comprometen, cuando no imposibilitan, proyectos consistentes de formación de recursos humanos para las cooperativas y la implantación de procesos de gestión, contables y de control de acuerdo com la naturaleza del emprendimiento cooperativo.

El objetivo, por lo tanto, del texto es discutir la situación de estas variadas concepciones, intentar conceptuar la empresa cooperativa a partir de los valores y principios cooperativos, analizar el emprendimiento cooperativo em cuanto unidad de realización de las funciones de la economía y sus diferencias de la empresa capitalista y analizar el origen y factores de organización y crecimiento de los segmentos cooperativos del Brasil.

Esta reflexión esta fundamentada em revisión bibliográfica, informaciones y datos provenientes de las cooperativas, contacto com las propias cooperativas y discusiones académicas y técnicas.